

**Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na solenidade comemorativa dos 110 anos da fundação da Academia Brasileira de Letras**

**Rio de Janeiro-RJ, 28 de setembro de 2007**

Excelentíssimo senhor Sérgio Cabral, governador do Rio de Janeiro,  
Deputado Arlindo Chinaglia, presidente da Câmara dos Deputados,  
Professor Marcos Vinícios Vilaça, presidente da Academia Brasileira de Letras,

Senhor Juca Ferreira, ministro interino da Cultura,  
Senhor Luiz Dulci, ministro-chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República,

Meu querido companheiro e amigo ex-presidente da República, senador e decano desta Academia, nosso querido José Sarney,

Meu caro ministro Marco Aurélio de Mello, ministro do Supremo Tribunal Federal,

Engenheiro Eduardo Arantes Romano de Oliveira, presidente da Academia das Ciências de Lisboa,

Doutor Cícero Sandroni, secretário-geral da Academia Brasileira de Letras,

Senhoras e senhores acadêmicos,

Senhores agraciados com a Medalha João Ribeiro,

Senhoras e senhores – eu não vou dizer senhoras meninas porque pode ter algum acadêmico ciumento, e isso tem um preço muito grande na política brasileira.

Minhas primeiras palavras são de felicitações à Academia Brasileira de Letras pelos seus 110 anos de fecunda existência. É com muita alegria que visito a casa de Machado de Assis e participo, ao lado de tantos dos nossos maiores escritores, das comemorações desta data marcante para a Instituição e para o nosso País.

Em seu discurso de posse, o conterrâneo e presidente Marcos Vilaça

definiu com elegância e clareza a elevada missão da Academia Brasileira de Letras. Dizia ele: “Preservar e valorizar a memória nacional; a língua como instrumento de conhecimento e da convivência; as letras como reveladoras e formadoras da identidade nacional; a cultura preservada e habilmente inserida em processo civilizatório caracteristicamente brasileiro”.

Devemos, por dever de justiça, acrescentar que a Academia, coerente com tais desígnios, constitui um exemplo de convívio plural, democrático e tolerante, e mais do que isso, criador, entre espíritos singulares, doutrinas diferenciadas e pensamentos não raro contrastantes. Constitui um exemplo precioso – nesse mundo contemporâneo de sectarismos e fundamentalismos – de um permanente exercício da unidade na diversidade, em prol da liberdade intelectual e artística.

Foi assim que, ao longo de sua história, a Academia Brasileira de Letras prestou inestimáveis serviços à língua portuguesa e à literatura brasileira, bem como ao diálogo aberto e instigante do Brasil com o mundo, sempre fiel ao legado de seu primeiro presidente, profundamente brasileiro e universal a um só tempo. É impossível mencionar, em breve discurso, senão genericamente, tudo o que a Academia Brasileira de Letras já fez pela língua, literatura e cultura brasileiras, com suas pesquisas, publicações, resgate e preservação de acervos, cursos, seminários, conferências, prêmios, acordos internacionais e tantas outras iniciativas.

Sei que temos – a Academia Brasileira de Letras e o governo –, entre outras preocupações convergentes, um importante objetivo comum: difundir cada vez mais o livro e a literatura no País. Por isso, quero compartilhar com as senhoras e os senhores os esforços que estamos fazendo nessa perspectiva.

Nosso propósito é implantar uma política de Estado para o livro e a leitura, construída em diálogo com a sociedade, que transcenda este ou aquele governo e garanta programas permanentes e ações continuadas de fomento ao setor. Trata-se de superar a fase das medidas localizadas e fragmentárias, somar esforços do setor público e privado, e dos diferentes níveis de governo, para permitir um verdadeiro salto qualitativo no enfrentamento desse desafio.

As nossas ações e políticas foram baseadas em cinco critérios estabelecidos pela Unesco: o livro deve ocupar destaque no imaginário nacional, sendo dotado de forte poder simbólico e valorizado por amplas faixas

da população. Devem existir famílias leitoras, cujos integrantes se interessem vivamente pelos livros e compartilhem práticas de leitura, de modo que as gerações já maduras e as novas gerações se influenciem mutuamente e construam representações afetivas em torno da leitura. Deve haver escolas que saibam formar leitores, valendo-se de mediadores bem-formados (professores, bibliotecários) e de múltiplas estratégias e recursos para alcançar essa finalidade. Deve ser garantido o acesso ao livro, com a disponibilidade de um número suficiente de bibliotecas e livrarias.

Em 2003, tive a honra de sancionar a Lei do Livro, projeto de autoria do senador José Sarney, do nosso querido José Sarney e ilustre integrante desta Casa. Desde 2004, isentamos completamente de tributos federais a publicação de livros. Essas medidas resultaram de debates com escritores, editores, distribuidores, livreiros e outros segmentos dessa cadeia produtiva, além da participação de variados setores da sociedade civil.

Outro passo importante foi a criação, em 2006, do Plano Nacional do Livro e Leitura, que articula e sistematiza dezenas de ações, projetos e programas de incentivo à leitura em todas as regiões do País. No dia 4 de outubro, vamos anunciar outras medidas referentes ao Programa Nacional do Livro e Leitura. Destaco apenas uma, que me é particularmente cara: zerar o número de municípios brasileiros sem bibliotecas – e não estamos longe de obter essa conquista. Em 2003, havia 1.173 municípios sem bibliotecas. Hoje, este número caiu para 613 e queremos chegar em 2008 com pelo menos uma biblioteca instalada em cada cidade brasileira.

Por outro lado, já adotamos importantes medidas em relação ao livro didático. Em 2004, os alunos do ensino médio também foram incluídos no Programa Nacional do Livro Didático. Só neste ano, foram comprados mais de 18 milhões de exemplares de livros de biologia, química, português, matemática e história. No próximo ano, vamos adquirir também os de física e geografia, completando a grade curricular. Para os alunos do ensino fundamental, compramos 110 milhões de exemplares para a distribuição no ano que vem. Esses números colocam o Brasil como o maior comprador mundial de livros didáticos.

Pela primeira vez, distribuímos livros para os alunos deficientes. Compramos obras em libras para surdos-mudos e em braile. Distribuímos livros

paradidáticos. Também, pela primeira na nossa história, 5 milhões de crianças até seis anos de idade, matriculadas em 85 mil escolas públicas de ensino infantil, terão acesso gratuito a livros de literatura.

Além disso, para atender as exigências do Plano de Desenvolvimento da Educação, o Ministério da Educação ampliou o atendimento ao Programa Nacional de bibliotecas escolares. Com isso, 30 milhões de alunos brasileiros serão beneficiados com a aquisição de novas obras literárias e de interesse geral.

Essas e outras iniciativas que temos adotado expressam o sonho de tantos homens e mulheres que vieram antes de nós e que dedicaram suas vidas à causa da democratização do acesso ao livro e à leitura. Tão importante quanto a justa distribuição dos bens materiais é a partilha eqüitativa da riqueza cultural dos povos. Que todos possam beneficiar-se das oportunidades de conhecimento e prazer que as obras artísticas propiciam.

Quero aqui renovar meus agradecimentos ao presidente Marcos Vilaça e a todos os acadêmicos pelo privilégio de estarmos juntos nesta ocasião tão especial e faço votos de que esta Casa prossiga a sua trajetória vitoriosa, alimentando com talento e humanismo a nossa vida espiritual e civil.

Meus amigos e minhas amigas,

Eu queria terminar, meu caro presidente Marcos Vilaça, contando uma pequena história. Em 2004, eu tive contato pela primeira vez com o Instituto de Matemática do Brasil e tive contato então com os alunos que tinham participado da Olimpíada da Matemática. Em 2004, nós tínhamos apenas 278 mil alunos, aproximadamente, quase todos de escolas particulares, que participaram da Olimpíada da Matemática. Eu então sugeri ao ministro Tarso Genro, que naquele momento exercia o Ministério da Educação, que era importante que nós estendêssemos a Olimpíada da Matemática para a escola pública. Vocês sabem que aqui no Brasil toda vez que a gente fala de coisa pública há muita gente que desdenha e diz que não vale a pena. Não foram poucos os que me disseram, dona Marli, que a gente não deveria fazer, porque criança pobre não ia se interessar em participar da Olimpíada da Matemática. Abrimos as inscrições, em 2004. Em 2005, inscreveram-se 11 milhões de crianças. Dessas 11 milhões de crianças que se inscreveram, 10 milhões e meio participaram. E a criança que ganhou é um adolescente de 16 anos de

idade, com deficiência visual, deficiência auditiva e vive em uma cadeira de rodas. Ganhou o primeiro lugar entre 10 milhões e meio de alunos.

2006 era um ano de eleições. A Justiça Eleitoral, meu caro ministro Marco Aurélio, não permitiu que nós fizéssemos propaganda da Olimpíada da Matemática, sequer colocássemos um cartaz na escola convocando os alunos. Então, imaginávamos que ia ser um fracasso total. Abrimos as inscrições. Em vez dos 11 milhões que se inscreveram em 2006, inscreveram-se 14 milhões e meio de crianças em 2006, sem nenhuma propaganda no rádio, na televisão ou, quem sabe, nas escolas. A propaganda era na geladeira, as mães colocando lá para os filhos se inscreverem. Pois bem. Abrimos, outra vez, em 2007. Este ano se inscreveram 17 milhões e 300 mil crianças para participar das Olimpíadas.

O que eu quero dizer aqui, presidente Marcos Vilaça, é que para o próximo ano, se Deus quiser, nós vamos fazer a primeira Olimpíada de Português neste País, para despertar. Eu tenho certeza de que a Olimpíada de Português vai despertar na criança mais paixão do que despertou a Olimpíada da Matemática e, quem sabe, nós poderemos colher, num futuro bem próximo, aquilo que é um sonho de todos que freqüentam a Academia, ou de todos que freqüentam a Universidade, ou de todos que aprenderam a ler: fazer com que o povo brasileiro possa ler um pouco mais, possa adquirir os livros. Quando nós desoneramos os livros, nos imaginávamos que ia cair o preço do livro, e não caiu. Não caiu porque certamente aumentou o lucro das editoras. Mas é uma questão, Sarney, que a sua lei, nós ainda precisamos aprimorá-la, para que a gente possa atingir os objetivos da própria lei, que era reduzir o preço do livro.

Uma coisa extremamente importante que está acontecendo no País, e hoje nós estamos vendo as pessoas ficarem convencidas disso, é que já não se fala mais em gasto quando nós falamos em dinheiro para educação. Um dos grandes problemas do País sempre foi esse. Todas as vezes que se quer fazer investimento em alguma coisa que não seja o tradicional, as pessoas começam a dizer que o governo está gastando demais, e o governo, inibido, não faz aquilo que precisa fazer.

Nós vamos terminar, presidente Sarney, em 2010. O Brasil terá 10 universidades federais novas, o Brasil terá 48 extensões universitárias por todo o território nacional, e o Brasil, que em 93 anos construiu 140 escolas técnicas

profissionais, em oito anos vai concluir 214 escolas técnicas profissionais. Além do PDE e além do Fundeb, vocês sabem que nós aumentamos os anos de escolaridade das crianças no ensino básico, de 8 para 9 anos, numa perspectiva de que a gente, não só coloque mais crianças na escola, mais gente no ensino técnico e mais gente na universidade, para mais gente poder comprar livros e para mais gente poder ter acesso à literatura neste País.

E nós adotamos uma outra política, coordenada pelo ministro Dulci. Nós lançamos um programa para os adolescentes brasileiros, de 15 a 29 anos, que já estavam na beira da navalha, jovens que já estavam, praticamente, entre uma vida social adequada e a criminalidade, a desesperança. São 4 milhões e 200 mil jovens. Nós juntamos todos os programas ligados à juventude, e vamos trazer esses jovens de volta para a escola, em vários programas. O governo vai dar um incentivo em dinheiro para esses jovens, vamos ensinar a eles uma profissão para que eles possam ter uma oportunidade, não entre o crime organizado, o narcotráfico e a sua morte ou a sua vida, mas para ele fazer uma opção entre ser um cidadão, ter acesso a uma profissão, ter acesso a um salário e poder conquistar aquela cidadania que todos nós, aqui, já conquistamos, sobretudo, presidente Vilaça, pensando no nosso querido Nordeste.

Eu não consigo compreender como esta Academia que tem cinco nordestinos, dos quais cinco de Pernambuco, e o presidente Sarney, com forte dependência genética de Pernambuco, como é que pode o nosso Nordeste ter ficado tão esquecido em cinco séculos de existência do nosso País? Recuperar o Nordeste e o Norte brasileiros para deixá-los mais equânimes do ponto de vista das possibilidades com o Sul e o Sudeste... quem faz política neste País sabe o que nós estamos enfrentando. Sabe que já é dado de barato que o Nordeste nasceu para ser pobre, já é dado de barato que a Amazônia nasceu para ser pobre, e nós precisamos revolucionar, primeiro, a nossa cabeça, depois os nossos atos e depois as nossas tomadas de decisão, em forma de políticas públicas, para tornar o Brasil mais justo, mais solidário e mais brasileiro.

Muito obrigado e que Deus abençoe todos vocês.